Nenhuma força nos desviará do nosso caminho

7-11-86

— Presidente Joaquim Chissano falando à Nação na sua investidura como Chefe do Estado

O Presidente Joaquim Chissano reafirmou ontem que «nenhuma força nos desviará do nosso caminho, porque ele nasce das nossas convicções mais profundas. Todas as nossas conquistas nasceram desta perseverança, desta luta sem tréguas». Joaquim Chissano falava à Nação, num discurso proferido momentos após a sua investidura como Presidente da República Popular de Moçambique. Eis, na íntegra, o discurso pronunciado pelo Chefe do Estado:

Moçambicanas,
Moçambicanos,

A investidura do Presidente da República Popular de Moçambique ocorre num momento particularmente difícil e doloroso para a Nação moçambicana.

Do Rovuma ao Maputo, o nosso Povo chora ainda a perda daquele que a História sempre recordará como o libertador da Pátria, primeiro Presidente de Moçambique independente, fundador do Partido Frelimo, guia da Revolução moçambicana: o querido Presidente Samora Moisés Machel.

Nesta mesma sala, onde está bem viva a memória da sua voz vibrante e calorosa, ele tomou posse, em 25 de Junho de 1975, como Presidente da República Popular de Moçambique.

Nesta mesma sala ouvimos proferir o juramento solene que Samora Moisés Machel haveria de honrar, sempre, exemplarmente, em cada um dos seus actos como Chefe de Estado, até ao dia em que a morte trágica o roubou ao nosso convívio.

O nosso jovem Estado teve o privilégio de possuir, como primeiro Presidente, um estadista de dimensão universal, cuja palavra era escutada com carinho e admiração pelo nosso Povo, com atenção e respeito em todos os continentes e em todos os foros internacionais.

Como Chefe do Estado moçambicano, o Presidente Samora Moisés Machel foi um modelo de dignidade, de personalidade, das grandes virtudes do Povo moçambicano. Defensor intransigente da nossa independência e da soberania nacional, a sua acção foi decisiva para o estabelecimento e consolidação do prestígio internacional da República Popular de Moçambique.

Sob a sua direcção, em poucos anos de independência, impusemo-nos como Nação livre, soberana, ocupando o lugar que de direito nos cabe na geografia política africana e mundial.

O Presidente Samora Moisés Machel soube assumir-se, de forma exemplar, como o Presidente de todos os moçambicanos, sem distinção de tribo, de região, de raça ou de credo religioso. Samora Moisés Machel era, nas palavras, nos actos e no coração, o Presidente de todos e de cada um dos cidadãos deste mosaico grande e diversificado que é a Nação moçambicana. Por isso o Povo o amava, o Povo o trazia no coração.

O juramento que aqui prestou, viveu-o intensamente e em toda a sua plenitude, com todo o empenho da sua vontade forte e o vigor das suas inabaláveis convicções.

Sob o seu comando corajoso, o Povo moçambicano defendeu consequentemente as conquistas da Revolução, consolidou-as e aprofundou-as continuamente.

Sob a sua direcção clarividente, o nosso Estado forjou-se como Estado popular ao serviço exclusivo dos interesses do Povo.

Para o Presidente Samora Moisés Machel, fazer respeitar a Constituição, fazer justiça a todos os cidadãos, era uma tarefa central e permanente do Chefe do Estado.

Para o Presidente Samora Moisés Machel, nenhuma injustiça era pequena, nenhum caso de ilegalidade era insignificante.

O Presidente Samora Moisés Machel foi um Chefe de Estado que, no contacto constante com o Povo, buscou sempre a força e a inspiração. Um Chefe que assumiu totalmente as aspirações, os anseios, a vida, a cultura do Povo.

Por isso todos nós tão completamente com ele nos identificávamos, por isso nele víamos a esperança de um futuro melhor, a certeza de um amanhã radioso para os nossos filhos.

O Presidente Samora Moisés Machel tornou-se, para o nosso Povo, um símbolo: símbolo da Pátria, símbolo da unidade nacional, símbolo da liberdade duramente conquistada.

Na nossa História, ele atinge a dimensão de génio, cuja vida e obra marcarão profundamente as gerações vindouras.

Cabe-nos, nesta hora dolorosa da sua ausência, a tarefa de dar continuidade à sua obra grandiosa.

Aqui assumimos solenemente o compromisso de, em cada um dos nossos actos como Chefe de Estado, fazermos viver o exemplo que nos deu o Presidente Samora Moisés Machel, fazermos frutificar o legado inestimável que nos deixa, com todas as nossas forças, e, com o apoio de todos os moçambicanos, tudo faremos para honrar, tão bem e tão completamente como o fez o Presidente Samora Moisés Machel, o juramento que acabámos de prestar.

Moçambicanas,
Moçambicanos,

Nos onze anos decorridos desde a proclamação da Independência Nacional, muitos são os passos já dados na consolidação do nosso Estado.

O Estado colonial não podia servir os objectivos populares fixados pela nossa Constituição. Por isso, criámos o nosso Estado e as nossas instituições para a realização da política definida pelo Partido Frelimo.

Neste processo, o critério da prática tem-nos permitido consolidar, aperfeiçoar o nosso Estado, adaptando-o às exigências de cada fase.

Nestes onze anos, criámos as Assembleias do Povo órgãos máximos do poder de Estado em cada escalão. Nelas se consubstancia a essência da nossa democracia. As Segundas Eleições Gerais, que iremos em breve concluir, constituem um passo decisivo no sentido de tornar as Assembleias do Povo em órgãos cada vez mais funcionais, efectivos e actuantes, onde todo o nosso Povo, através dos deputados eleitos, realmente exerça o poder, dirigindo e controlando os órgãos executivos nos vários escalões.

Lançámos nestes onze anos os alicerces sólidos de um sistema popular de justiça que permite a participação organizada do Povo no exercício da justiça e um mais correcto e dinâmico funcionamento de todo o aparelho judicial.

O crescimento da consciência política do nosso Povo, o desenvolvimento do espírito patriótico e a consolidação e aprofundamento da unidade nacional, são conquistas políticas fundamentais alcançadas ao longo da luta de libertação nacional e nos anos de independência.

Estas conquistas foram e sempre serão intransigentemente defendidas e constantemente ampliadas. Elas criam as bases para novos avanços, elas são condição de todas as vitórias.

Estas conquistas, estes avanços, foram alcançados pelo nosso Povo nas condições extremamente difíceis impostas pela constante agressão de que o País tem sido vítima.

Os nossos onze anos de independência são anos de guerra, anos em que o nosso Povo nunca conheceu a paz, nunca pôde gozar os merecidos frutos da independência.

Hoje, mais do que nunca, intensifica-se a agressão promovida pelos círculos belicistas e racistas contra a República Popular de Moçambique.

O banditismo armado é o instrumento principal das forças que desde sempre se opuseram à existência do nosso povo como um povo livre, independente e soberano.

Nas suas origens e natureza, o banditismo armado dá continuidade à ligação histórica existente entre o colonial-fascista português, o regime racista e ilegal da Rodésia do Sul e o sistema de «apartheid». As formas bárbaras e terroristas que caracterizam a sua acção, são combatidas pelo nosso Povo, são condenadas por toda a humanidade. O banditismo armado reproduz nos nossos dias a desumanidade e os métodos de actuação e domínio que definem os sistemas de opressão e de exploração secularmente combatidos pelo nosso Povo.

Concebido e criado na Rodésia do Sul, o banditismo armado começou por ser utilizado para destruir a retaguarda segura que o nosso País constituía para o movimento de libertação do Zimbabwe e impedir o avanço da luta do povo zimbabweano. Nasce, portanto, como um dos meios de perpetuação do domínio e da exploração coloniais.

Hoje, o banditismo armado é parte integrante da política de desestabilização regional do sistema do «apartheid» da África do Sul. É um dos elementos através dos quais o regime de Pretória e as suas forças mais retrógradas e belicistas procuram manter a sua dominação sobre os Países da África Austral.

Esta política caracteriza-se pela agressão militar directa e indirecta, pela ocupação territorial e pela criação de condições capazes de garantirem a instabilidade permanente em toda a região.

A utilização de bandidos armados contra o nosso País insere-se no mesmo contexto em que as forças racistas continuam a ocupar a Namíbia e agridem a República Popular de Angola.

A desestabilização do nosso País pela África do Sul visa não só impedir o funcionamento das nossas instituições e da nossa economia para obstruir o processo de desenvolvimento económico e social, como também destruir o nosso Estado e a nossa Revolução. A desestabilização visa colocar no poder fantoches que sejam instrumentos dóceis e servis do «apartheid». Visa afectar o próprio processo de construção da Nação moçambicana, isto é, a unidade nacional e a integridade territorial. Visa derrubar o nosso poder, destruir a independência e a soberania do Estado moçambicano e o modelo de sociedade independente, anti-racista, de igualdade e de justiça que estamos a construir.

JOAQUIM ALBERTO CHISSANO, PRESIDENTE DO PARTIDO FRELIMO, DIRIGINDO-SE ONTEM PELA PRIMEIRA VEZ À NAÇÃO NAS FUNÇÕES DE PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Esta é a ameaça que o nosso País enfrenta.

A acção constante e terrorista dos bandos armados provoca a morte indiscriminada de milhares de cidadãos moçambicanos indefesos, de homens, mulheres e crianças. Ela destrói infra-estruturas, unidades de produção, meios de transporte e vias de comunicação, escolas, hospitais e lojas estatais e privadas. Ela desorganiza os circuitos económicos, sabotando e destruindo as vias de comunicação para impossibilitar a circulação normal de pessoas e mercadorias e a necessária ligação entre as cidades e o campo.

Através de actos terroristas, de massacres e de assassínios, os bandos armados, dirigidos e abastecidos pela África do Sul, afectam a produção agrícola, dificultam o fornecimento de matérias-primas à indústria, fazem baixar o nível das nossas exportações. Atrasam programas de desenvolvimento essenciais. A doença e a fome endémicas, assim provocadas, mataram milhares de moçambicanos, debilitaram homens e mulheres, impedem que as nossas crianças cresçam sadias. No campo, falta-nos a enxada, a catana, a charrua, o tractor. Muitas fábricas estão paralisadas. Escasseiam muitos bens alimentares de primeira necessidade.

Para além da destruição, da ruptura dos circuitos económicos e da instabilidade entre os camponeses que provoca, o banditismo armado obriga-nos a concentrar na defesa e segurança da Pátria muitos dos recursos materiais e humanos que, numa situação de paz, poderíamos aplicar ao serviço do desenvolvimento económico e social.

Na sua dimensão regional, a política de desestabilização praticada pelo regime da África do Sul procura igualmente bloquear os principais projectos de desenvolvimento comum dos países independentes da África Austral.

O seu objectivo é o de garantir a continuidade da dependência histórica dos nossos países à economia sul-africana e o seu agrupamento numa constelação de Estados que institucionalizem a hegemonia de Pretória nos níveis político, económico, financeiro e estratégico. Por isso, e paralelamente aos seus efeitos internos, a guerra não declarada que o regime de Pretória nos move tem como finalidade manter inoperantes as vias férreas e estradas que, através de Moçambique, permitem o acesso natural ao mar dos países do «hinterland».

A agressão que enfrentamos no nosso País é também uma guerra não declarada contra o Zimbabwe, contra o Botswana, contra a Zâmbia e outros países da região. Na luta que travamos pela eliminação total e completa do banditismo armado está em jogo, também, o futuro de liberdade, independência e soberania desses povos e países irmãos. A continuação desta luta sem tréguas contra o banditismo armado no nosso País constitui, portanto, a mais sagrada e fundamental das tarefas nesta fase da nossa História. Esta é uma luta em que não podem existir compromissos de espécie alguma.

As condições em que este combate terá de prosseguir em todas as frentes na frente política, militar e diplomática, as suas tácticas e estratégia, fazem parte da grandiosa herança que o Presidente Samora Machel nos legou. Elas indicam os caminhos a seguir no presente e no futuro. Constituem armas indestrutíveis que nos farão alcançar a vitória.

Combater e eliminar o banditismo armado no nosso País significa defender e consolidar a nossa independência e soberania nacionais, significa salvaguardar as nossas conquistas para podermos materializar o nosso desejo profundo de paz e tranquilidade. Este combate é de todos nós. Devemos agudizar ainda mais a vigilância. Devemos estar sempre prontos para avançar para cada trincheira. A Pátria ameaçada chama por todos nós.

Esta é a única maneira de construirmos a base indispensável para o bem-estar, o processo e o desenvolvimento.

Nesta luta não estamos sozinhos. A unidade alcançada no seio dos Países da Linha da Frente é garantia de que os Países independentes da região assumiram a dimensão dos sacrifícios que nesta fase nos são exigidos pela guerra que nos movem as forças belicistas e criminosas do regime do «apartheid».

Connosco estão a Organização de Unidade Africana, todos os povos e países do mundo amantes da paz, da liberdade e do progresso.

Moçambicanas,
Moçambicanos,

A economia é outra frente fundamental do nosso combate.

Atravessamos uma situação económina difícil, caracterizada por graves carências que afectam profundamente a vida do nosso Povo.

Os efeitos da agressão, do terrorismo, da desestabilização, fazem-se sentir em todos os sectores da nossa sociedade e assumem um peso particular nos sectores económicos.

O processo de recuperação económica que havíamos encetado com sucesso, sofreu, nos últimos anos, por efeito da guerra que nos é movida, uma acentuada reversão. Os nossos planos e programas de desenvolvimento tiveram que ser reorientados. Na fase actual, o objectivo central da batalha económica, aquele a que devemos dedicar todo o nosso esforço, energia e inteligência, todas as nossas capacidades, é a reabilitação da nossa economia.

Este é um combate que exige de todos nós pesados sacrifícios. É um combate em que os frutos da nossa determinação, coragem e trabalho árduo, não poderão ser colhidos a curto prazo. Também nesta frente, a luta será prolongada.

Reabilitar a nossa economia significa atendermos as prioridades fundamentais e concentrarmo-nos nelas, não nos desviarmos delas. Outras aspirações e anseios igualmente legítimos e justos só poderão ser realizados, outras necessidades só poderão ser satisfeitas como resultado da nossa determinação, do trabalho árduo, do espírito de sacrifício de todos nós.

Temos de actuar no que é essencial. Conjugarmos as necessidades de defesa e os programas económicos, por forma a que a economia permita apoiar a guerra contra o banditismo armado e a defesa crie a segurança necessária à actividade económica. Este é o sentido fundamental da nossa economia de guerra que devemos aplicar do Rovuma ao Maputo.

Produzir para vencer a fome e a nudez é uma exigência que permanece crucial. Para isso, temos os recursos mais importantes: a terra e a capacidade de trabalho dos nossos camponeses, que constituem a esmagadora maioria da população moçambicana.

É necessário que valorizemos a terra, materializando as suas potencialidades e atribuindo-a a quem, de facto, a trabalha.

O apoio que o Estado deve dar a cada um dos sectores da nossa produção agrícola deve ser criteriosamente aplicado. É necessário conjugar correctamente as acções a desenvolver em relação aos sectores estatal, cooperativo, familiar e privado, de maneira a que todos eles contribuam para a realização dos nossos planos, para a criação da riqueza comum, para o nosso desenvolvimento.

A actividade agrícola em todos estes sectores deve visar três grandes objectivos: produzir bens alimentares para vencer a fome, produzir bens de exportação e produzir matérias-primas para as indústrias nacionais, em particular as que permitem alimentar e vestir o povo.

As unidades industriais devem caracterizar-se por uma produtividade e rentabilidade cada vez maior. Nelas é necessário poupar as matérias-primas, a energia e os combustíveis, preservar e manter os equipamentos, garantir a utilização plenamente produtiva da jornada de trabalho.

Não podemos continuar a pagar salários a trabalhadores improdutivos. Isso exige uma actuação em duas direcções: assegurar que em cada Ministério, organismo público e empresa estejam apenas os trabalhadores indispensáveis, competentes, disciplinados e dedicados, e que a mão-de-obra excedentária seja reorientada para actividades produtivas, principalmente nos sectores agrícolas.

A mais rigorosa austeridade deve ser uma constante em todo o corpo da nossa sociedade.

Temos de utilizar correctamente os recursos escassos que possuímos. Esta necessidade é particularmente aguda em relação às divisas. Devemos poupar as poucas divisas de que dispomos, utilizá-las da melhor forma, priorizando os sectores que podem rentabilizá-las e importar apenas o indispensável.

A austeridade, a utilização mais racional e produtiva dos nossos recursos, a busca de meios e processos económicos alternativos, exigem que procuremos constantemente soluções populares, que confiemos principalmente nas nossas próprias forças, que desenvolvamos permanentemente a nossa capacidade, a nossa criatividade, a nossa iniciativa.

Devemos aplicar com rigor uma política salarial que retribua, premeie e estimule os trabalhadores competentes, que promova e premeie a dedicação e o brio profissional, que valorize a qualidade do trabalho realizado. De igual modo, é indispensável valorizar os nossos quadros, criar condições para que eles possam desempenhar o importante papel que lhes cabe na batalha económica. Temos de valorizar a nossa mão-de-obra especializada, garantindo-lhe estabilidade, segurança e retribuição adequada à qualidade do seu trabalho e utilizar racionalmente os nossos técnicos.

A luta contra o roubo, a corrupção, o nepotismo, o desvio de bens, a candonga, a especulação, a violação da ética comercial deve ser parte integrante e essencial da batalha económica. Cada moçambicano deve participar neste combate. Vamos ser implacáveis.

A aquisição do conhecimento científico e técnico, a formação de trabalhadores e quadros especializados, deve constituir uma preocupação dominante em todos os sectores de actividade. Não podemos vencer o subdesenvolvimento com a ignorância.

Planificar, organizar e controlar a realização dos planos, desenvolver sempre os métodos de planificação, de organização e de controlo, são exigências fundamentais do combate económico. A elas devemos dedicar a maior atenção e esforço.

As orientações centrais para a fase actual, para a batalha pela reabilitação económica no quadro duma economia de guerra, foram traçadas pelo nosso Partido, sob a direcção esclarecida do Presidente Samora Moisés Machel. Materializá-las constitui uma forma de prosseguirmos a sua luta, de continuarmos a sua obra.

Nestas orientações, a valorização das nossas conquistas nos campos da educação, da saúde e da habitação assume uma importância particular.

A escola, desde o ensino primário à universidade, é condição decisiva para o desenvolvimento. Na escola formamos a base da competência do operário, do técnico, do funcionário, desenvolvemos o amor à Pátria e ao Povo, a dedicação aos interesses nacionais. Elevar a organização e a disciplina nas nossas escolas, desenvolver a qualidade do ensino e a exigência dos critérios de qualificação dos professores e classificação dos alunos, são necessidades práticas do esforço de defesa, do esforço económico e do processo de consolidar a Nação moçambicana.

O Povo moçambicano nunca se deixou intimidar com as dificuldades. Soube sempre encontrar a força e a energia necessárias para as superar. A história da nossa luta prova que nos momentos mais difíceis sabemos redobrar os nossos esforços.

Sairemos vitoriosos da batalha económica com o nosso esforço, com a nossa inteligência, com a nossa vontade de vencer.

Moçambicanas,
Moçambicanos,

A República Popular de Moçambique prosseguirá a aplicação dos princípios fundamentais que orientam a sua política externa desde a proclamação da independência.

A política externa do nosso Estado funda-se essencialmente no combate pela paz, pelo progresso, pela convivência harmoniosa com todos os Estados do mundo.

Na cooperação com todos os povos e Estados, aplicaremos os princípios definidos na nossa Constituição, de não-ingerência nos assuntos internos de outros Estados, de respeito pela soberania e integridade territorial, de igualdade, de relacionamento baseado na reciprocidade de benefícios.

Somos um Estado soberano, africano, não-alinhado e socialista. Defendemos intransigentemente os interesses nacionais, os interesses do nosso Povo.

Continuaremos a desenvolver esforços no seio dos Países da Linha da Frente pela erradicação do colonialismo e do «apartheid».

Reafirmamos a nossa solidariedade militante com o povo da Namíbia, que luta pela sua libertação nacional e independência.

Estamos com o povo sul-africano na sua luta pela eliminação do sistema do «apartheid».

Fiel à sua política de paz, a República Popular de Moçambique cumpre rigorosamente os compromissos internacionais que assume.

Na materialização da nossa política de paz e boa-vizinhança, assinámos o Acordo de Nkomati. Este Acordo contém os princípios e as normas que devem reger o relacionamento entre a República Popular de Moçambique e a República da África do Sul. Continuam válidos. A República Popular de Moçambique continuará, como até aqui, a cumprir rigorosamente, no espírito e na letra, as disposições contidas no Acordo de Nkomati.

A África do Sul deve cessar o apoio que presta ao banditismo armado e observar as normas de boa-vizinhança e de não-agressão a que se obrigou pelo Acordo de Nkomati.

Com o povo irmão do Malawi queremos desenvolver relações de amizade e cooperação, neste momento sériamente afectadas pelo apoio que os bandidos armados têm recebido a partir do território malawiano.

Continuaremos o nosso engajamento no âmbito da SADCC pelo desenvolvimento da cooperação regional e no esforço de reduzir a dependência económica dos nossos Estados em relação à África do Sul.

No âmbito do grupo dos Cinco Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, aprofundaremos, cada vez mais, as relações fraternas e a cooperação com Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe.

Permaneceremos fiéis aos princípios e objectivos contidos na Carta da Organização da Unidade Africana e ao seu esforço pela unidade e cooperação entre todos os povos e países africanos, pelo progresso político, económico e social.

A República Popular de Moçambique aceita e aplica os princípios da Carta da Organização das Nações Unidas.

Reafirmamos o nosso empenho no reforço das relações com os outros países socialistas, aos quais nos ligam profundos laços de amizade, de fraternidade e de cooperação desde a luta armada de libertação nacional. Continuaremos fiéis aos Tratados de Amizade e Cooperação já assinados com países socialistas.

Reforçaremos a nossa amizade e cooperação com os países nórdicos, que nos apoiaram durante a luta de libertação nacional e nos têm dado uma valiosa contribuição após a nossa independência nacional.

Reafirmamos o nosso desejo e determinação de desenvolver a cooperação com os países e povos ocidentais, cujo apoio e solidariedade têm constituído um contributo importante na reconstrução nacional.

Fortaleceremos a cooperação Sul-Sul na batalha conjunta pelo estabelecimento de uma Nova Ordem Económica Internacional e para a vitória sobre o subdesenvolvimento.

Moçambicanas,
Moçambicanos,

É nos períodos mais difíceis que se colocam à prova o grau de consciência e a maturidade de um povo. Neste momento doloroso da nossa História, o nosso Povo tem demonstrado elevado espírito cívico, patriotismo e determinação em vencer a dor e recriar a esperança.

Dessas qualidades nos orgulhemos. Elas constituem a melhor homenagem ao nosso querido Presidente Samora Moisés Machel. São a prova de que os valores por que ele lutou e morreu são já património assumido por todos os moçambicanos. Na dor e nas lágrimas fomos um só povo, sem fronteiras de tribo, de raça, de etnia ou credo religioso. Na determinação de continuar a luta somos uma vontade única do Rovuma ao Maputo.

Saudamos o Povo moçambicano pela sua inteira disponibilidade, pelo seu espírito solidário, pela sua combatividade.

Saudamos os operários, os camponeses, os trabalhadores de todas as frentes e todos os sectores pela forma como prosseguiram sem desânimo as tarefas de reconstrução nacional.

Saudamos o elevado sentido de disciplina, a prontidão e espírito combativos mais uma vez demonstrados pelas nossas gloriosas Forças Armadas de Moçambique (FPLM). As nossas Forças Armadas são o baluarte firme na defesa da Pátria, da soberania, da integridade territorial e da Revolução.

Saudamos as Forças Paramilitares, Policiais e de Segurança, cuja acção tem sido fundamental para garantir a ordem social e a tranquilidade dos cidadãos.

Moçambicanas,
Moçambicanos,

Transformar a dor em nova força é um desafio que começamos já a vencer.

Todos estes dias têm comprovado que o Povo Moçambicano recusou qualquer desânimo, desalento e espírito de derrota.

Apesar do sofrimento imenso nenhum moçambicano esmoreceu.

Os moçambicanos tornaram-se ainda firmes e determinados nos seus postos de luta e de combate.

É necessário que esse espírito se preserve e aprofunde.

Nenhuma força nos desviará do nosso caminho porque ele nasce das nossas convicções mais profundas. Todas as nossas conquistas nasceram desta perseverança, desta luta sem tréguas.

É imprescindível que as defendamos e as valorizemos sempre.

É necessário que cada moçambicano assuma como tarefa sua a consolidação da unidade nacional. Cada moçambicano deve ser um combatente intransigente contra o racismo, o tribalismo, o regionalismo. Cada moçambicano deve ser um militante activo na defesa da Pátria e na construção do bem-estar e da prosperidade.

Ninguém, senão nós próprios, defenderá a nossa Pátria. Ninguém, senão nós próprios, construirá a paz e a tranquilidade. A edificação de um futuro melhor começa nas acções de cada um de nós. Começa na dedicação com que nos entregamos ao estudo, ao trabalho, ao combate.

Cerremos as nossas fileiras na defesa da Pátria, da independência e da soberania.

Mantenhamos para sempre vives a herança e o exemplo do Presidente Samora Moisés Machel. Saibamos ser os continuadores da sua obra de construção da felicidade e do bem-estar.

A LUTA CONTINUA!

A PRAÇA DA INDEPENDÊNCIA FICOU CHEIA COMO É USUAL NOS GRANDES DIAS DO PAÍS, ONTEM, A CERIMÓNIA DE INVESTIDURA DE JOAQUIM CHISSANO. FOI UM DESSES DIAS GRANDES DO POVO MOÇAMBICANO